



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO

**DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E
CIDADANIA**

PARECER

OBJETO DA CONSULTA: Projeto de Lei Nº 22/2026

AUTORIA: Poder Executivo.

ASSUNTO: *“Institui a Política Municipal de Incentivo à Pequena Produção Agropecuária, à Agroindústria e ao Turismo Rural (PRO-RURAL ROLIM), em conformidade com a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica), e estabelece o tratamento jurídico, tributário e administrativo diferenciado aos beneficiários.”*

I – RELATÓRIO.

Quanto ao seu teor, cuida-se de Projeto de Lei que Institui a Política Municipal de Incentivo à Pequena Produção Agropecuária, à Agroindústria e ao Turismo Rural (PRO-RURAL ROLIM), em conformidade com a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica), e estabelece o tratamento jurídico, tributário e administrativo diferenciado aos beneficiários.

É o relato necessário, passo à análise.

**II - REQUISITOS FORMAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO E
TECNICIDADE LEGISLATIVA.**

A matéria apresenta-se estruturada na forma do art. 3º da Lei Complementar Nº 95/98¹, ostentando, perceptivelmente: a parte preliminar, a parte normativa e a parte final.

¹ Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO

Desta forma, preenche os requisitos legais da técnica legislativa, estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 95/98.

III- DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O Projeto de Lei nº 22/2025 tem por Instituir a Política Municipal de Incentivo à Pequena Produção Agropecuária, à Agroindústria e ao Turismo Rural (PRO-RURAL ROLIM), em conformidade com a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica), e estabelece o tratamento jurídico, tributário e administrativo diferenciado aos beneficiários. Considerando o conteúdo da proposição, a análise preliminar a ser feita busca verificar se o tema tratado se insere no âmbito da competência legislativa do Município e, na sequência, cabe examinar se o projeto de lei observa os requisitos legais referentes à iniciativa de proposições com comandos dessa natureza.

Quanto à competência, a propositura está de acordo com o que estabelece o art. 30, inciso I da Constituição da República, que confere ao município o poder para legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

A matéria tratada pela proposta legislativa está inserida no âmbito dos interesses políticos locais, uma vez que o desenvolvimento social e econômico do setor produtivo rural do município é objetivo a ser perseguido pelo poder público de Rolim de Moura. Quanto a isso, na ADI 3.691-2/MA o Ministro Relator Gilmar Mendes (2008, p. 02), definiu interesse local como sendo “aquele inerente às necessidades imediatas do município, mesmo que possua reflexos no interesse regional ou geral”².

² ADI 3.691, voto do rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 29-8-2007, DJE 83 de 9-5-2008.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO

Nesse sentido que a matéria está bem enquadrada dentro do conceito de interesse local que justifica a propositura da matéria.

Já em relação a iniciativa, matérias dessa natureza, devem ser propostas pelo Chefe do Poder Executivo, autoridade que detém a competência para deflagração do Processo Legislativo que altera atribuições de órgãos vinculados ao Poder Executivo, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

O inciso III, do artigo 43 da Lei Orgânica Municipal, corrobora a necessidade que matérias desta natureza, sejam propostas exclusivamente pelo Prefeito Municipal.

Vejamos:

“Art. 43 – São iniciativas exclusivas do Prefeito Municipal, as Leis que disponham sobre:
(...)

III – Criação e estruturação e atribuição das Secretarias e órgãos da administração pública Municipal;”

A instituição/implementação de um programa de incentivo de atividade produtiva, como é o caso da matéria em tela, traz consigo a distribuição de competências e atribuições à órgãos, e secretarias, bem com a criação de novos órgãos de caráter consultivo/deliberativo, devendo tal propositura ser de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, o que foi observado no presente Processo Legislativo.

Em relação à conformidade com a Constituição Federal, a Lei Fundamental reservou um capítulo para tratar da Política Agrícola, o Capítulo III, intitulado: “Da Política Agrícola e Fundiária e Da Reforma Agraria”.

Nesse contexto, o inciso IV, do Artigo 187, da Carta Magna, reserva ao legislador ordinário, a possibilidade de editar normas objetivando a criação de incentivos ao Produtor Rural.

Neste sentido:

“Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO

- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.”

A matéria em análise vem na linha de dar efetividade ao dispositivo constitucional, criando meios de aperfeiçoar a produção agrícola/pecuária, ao melhorar, sobretudo a infraestrutura de produção, bem como atender ao interesse local produtivo.

V - CONCLUSÃO.

Por todo Exposto, esta Comissão permanente de constituição justiça redação e cidadania opina pelo **PARECER FAVORÁVEL** do Projeto de Lei n. 022/2026.

Rolim de moura ,31 de março de 2026.

ROSA JANETE CARNEIRO LINS

Vereadora/Relatora

EDERSON ANDRADE

Vereador

MARCO ANTONIO

vereador